(Lote 3), Interviás (Lote 6), Triângulo do Sol (Lote 9), Renovias (Lote 11), Viaoeste (Lote 12), Colinas (Lote 13), Spvias (Lote 20), Ecovias (Lote 22), Concessionária Rota das Bandeiras (Lote 7), Concessionária Auto Raposo Tavares – CART (Lote 16), Concessionária ViaRondon (Lote 19), Concessionária Rodovias do Tietê (Lote 21), Ecopistas (Lote 23), Concessionária do Rodoanel Oeste (Lote 24), Concessionária SPMAR (Lote 25), Concessionária Rodovia dos Tamoiros (Lote 27), (“Contratos”) e Entreviás (Lote 28) (“Contrato Entreviás” e, em conjunto com Contratos, “Contratos de Concessão”); (ii) Os Contratos previam reajuste anual das tarifas de pedágio, o que deveria ocorrer a cada dia 1º de julho; (iii) O Contrato Entreviás previa reajuste anual das tarifas de pedágio a cada dia 6 de julho; (iv) Em 30 de junho de 2022, a Secretária de Logística e Transportes do Estado de São Paulo (“SLT”), na figura de Poder Concedente, enviou ofício SLT-OFI/20220-0527A à Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“Artesp”) informando a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão; (v) Em 30 de junho de 2022, a Artesp, no âmbito da 1002ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, deliberou pela retirada de pauta dos itens que tratavam sobre reajuste tarifário dos Contratos de Concessão; (vi) Reconhece-se a necessidade de reequilibrar os Contratos de Concessão em função da ausência de reajuste tarifário, pelas razões expostas no ofício SLT-OFI/20220-0527A; e (vii) Foram realizadas tratativas com as concessionárias a fim de definir meios para reequilibrar os Contratos de Concessão da maneira mais célere possível;” as informações de “...que o reajuste tarifário deverá ser implementado até o fim deste exercício para todos os contratos indicados no item (i) deste Ofício, nos termos definidos em cada um dos Contratos de Concessão, considerando a variação dos índices contratuais referente ao exercício 2021-2022”, de “... que a receita não recebida relativa ao reajuste tarifário a que as concessionárias fazem jus será reequilibrada através de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra”, de que “...a fim de efetivar o pagamento bimestral, o montante do valor devido será apurado até o 25º dia de cada mês pela ARTESP e os recursos serão oriundos do orçamento do Estado de São Paulo. O primeiro pagamento deverá ocorrer no último dia útil de agosto de 2022” e, finalmente, de que “...nesse sentido, serão adotadas medidas para a celebração dos termos aditivos com as concessionárias dos respectivos Contratos de Concessão a fim de formalizar o descrito acima. Além disso, está em curso alteração orçamentária para destinar recursos para os pagamentos aqui descritos, via dotação orçamentária nº 26.782.1605.4903 – Operação e Segurança da Malha Rodoviária”;

(ii) a solicitação do Poder Concedente em SLT-OFI-2022/00545 para que proceda a “...ARTESP a adoção das medidas necessárias a fim de implementar as determinações indicadas acima”
DELIBERA:

(i) o acatamento integral, por todas as áreas técnicas da ARTESP, das determinações lançadas nos ofícios expedidos para esta Agência pelo Exmo. Senhor Secretário de Logística e Transportes, SLT-OFI-2022/00527 e SLT-OFI-2022/00545 para instrução de todos procedimentos relacionados com o tema;

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Diretoria Geral e Secretária de Logística e Transportes, resultantes nas manifestações SLT-OFI-2022/00527 e SLT-OFI-2022/00545.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

PROCESSO ARTESP-PRC-2022/04432.

Considerando a necessidade de atualizar a distribuição de competências das Diretorias da ARTESP para os serviços internos da ARTESP, como preconiza o art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;

Considerando a extinção do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 e as novas funções da ARTESP para regulação e fiscalização de modalidades de serviços públicos de transporte aeroviário;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e valorizar as competências da Ouvidoria da ARTESP como órgão unitário da Agência para o recebimento de manifestações, denúncias, reclamações, sugestões e elogios;

Visto, relatado e discutido os consideranda acima tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos:

REVOGA a Resolução ARTESP nº 2, de 03 de dezembro de 2020, aprovada na 922ª Reunião do Conselho Diretor, realizada em 03 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial na edição de 05 de dezembro de 2020, Caderno do Poder Executivo, Seção I, página 3 por conveniência e oportunidade, para aperfeiçoamento e atualização do seu Regimento Interno.

APROVA nos termos da minuta ARTESP-MIN-2022/00003-A, a Resolução ARTESP nº 01, de 06 de julho de 2022.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Diretoria Geral, resultantes nas manifestações ARTESP-PRC-2022/04432 e ARTESP-MIN-2022/00003-A.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

PROCESSO ARTESP-PRC-2021/01497.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos:

HOMOLOGA a POSTERGAÇÃO DA DATA VIGENTE DE TÉRMINO de obra já executada – conforme Portaria ARTESP nº 02/2012 –, a seguir indicada:

Item 05010103 - SP 333 - Recapeamento - km 83+020 ao km 212+450 - Sertãozinho/ Borborema - 3ª Intervenção, no cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão nº 006/CR/1998, do Lote 09, outorgado à Concessionária Triângulo do Sol Auto-Estradas S/A, e

RECONHECE que de tal alteração de investimentos produzirá um desequilíbrio, em VPL a valores de julho/97 de R\$ 47.117,07 (quarenta e sete mil, cento e dezessete reais e sete centavos) a ser REEQUILIBRADO A FAVOR DO PODER CONCEDENTE.

Esse valor atualizado para o 24º ano do contrato e a valores de julho de 2021 equivalem a R\$ 37.341.978,14 (trinta e sete milhões, trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e quatorze centavos) - (fl. 60), conforme manifestação da Diretoria de Controle Econômico e Financeiro (ARTESP-DES-2021/19393).

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Operações, Controle Econômico e Financeiro, Assuntos Institucionais, Geral, Secretária de Logística e Transportes e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações ARTESP-DES-2021/11376-A, ARTESP-INF-2021/02994-A, ARTESP-DES-2021/11832-A, ARTESP-INF-2021/03085-A, ARTESP-DES-2021/11865-A, ARTESP-DES-2021/11999-A, ARTESP-INF-2021/03184-A, ARTESP-PAR-2021/00327-A, ARTESP-DES-2021/12649-A, ARTESP-DES-2021/15541-A, ARTESP-CAP-2021/40908-A, ARTESP-EXP-2021/10657-A, ARTESP-DES-2021/19393-A, ARTESP-INF-2021/05368-A, ARTESP-MEM-2021/10285-A, ARTESP-MEM-2021/11004-A, ARTESP-INF-2022/00049-A,

ARTESP-DES-2022/00787-A, ARTESP-DES-2022/07260-A, ARTESP-DES-2022/07341-A, ARTESP-DES-2022/07568-A, SLT-DES-2022/00532-A, ARTESP-DES-2022/15539-A, SLT-DES-2022/01225-A, ARTESP-DES-2022/18377-A, ARTESP-INF-2022/04260-A, ARTESP-CAP-2022/52535-A, ARTESP-DES-2022/23025-A e Parecer Referencial CJ/ARTESP nº 01/2021 - ARTESP-DCI-2022/04803-A.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

PROCESSO ARTESP-PRC-2022/04275.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos:

HOMOLOGA a ANTECIPAÇÃO DA DATA VIGENTE DE INÍCIO/TÉRMINO DE OBRA de obra já executada - conforme Portaria ARTESP nº 02/2012 –, a seguir indicada:

Item 02040205 - SP 101 - Implantação de Passarela - km 15+700 – Campinas, do cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão nº 004/ARTESP/2009, do Lote 21, outorgado à Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

RECONHECE que de tal alteração decorreu o desequilíbrio correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de Julho de 2008 e considerando a TIR contratual de 16,0204%, ao montante de R\$ 118.369,21 (cento e dezoito mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos) a ser REEQUILIBRADO EM FAVOR DA CONTRATADA, conforme cálculos realizados à fl. 87 e manifestação à fl. 99 pela Diretoria de Controle Econômico e Financeiro.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Operações, Controle Econômico e Financeiro, Assuntos Institucionais, Geral, Secretária de Logística e Transportes e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações FD DIN 78311/19 (fls. 66 e 67), FD DOP 51454/19 (fl. 72), FD DOP 51703/19 (fl. 74), FD DOP 51734/19 (fl. 75), FD DOP 52394/19 (fl. 77), RT DIN 0149/19 (fls. 79 e 81), FD DIN 87131/19 (fl. 82), FD DCE 91799/19 (fl. 85), FD DCE 31083/19 (fls. 88 e 89), FD DGR 01530/20 (fl. 97), FD DCE 01947/20 (fl. 99), FD DAI 19921/20 (fl. 101 a 103), FD DAI 22875/20 (fl. 115), FD CGD 00510/22 (fl. 117), FD CGD 01065/22 (fl. 121), SP DOC SLT 198980/22 (fl. 123), ARTESP-CAP-2022/53100-A e ARTESP-DES-2022/23169-A e Parecer CJ/ARTESP nº 878/2020 (fls. 105 a 114).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

PROCESSO ARTESP-PRC-2022/01386.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos:

HOMOLOGA a postergação da obra - conforme Portaria ARTESP nº 02/2012 –, a seguir indicada:

Item 02.05.01.15 - SP 225 - Implantação de Dispositivo - km 291+900 (Tipo 5) (Antigo km 290+200 - Tipo 7), no cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009, do Lote 16, outorgado à Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART.

RECONHECE que de tal alteração decorreu o desequilíbrio correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de julho de 2008 e considerando a TIR contratual de 9,16%, ao montante de R\$ 437.766,23 (quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) a ser REEQUILIBRADO A FAVOR DO PODER CONCEDENTE.

Esse valor, atualizado para o 12º ano do contrato e a valores de julho de 2020 equivalem a R\$ 2.368.694,88 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos) a ser REEQUILIBRADO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE, conforme cálculos realizados à fl. 51 e manifestação às fls. 52 a 54 pela Diretoria de Controle Econômico e Financeiro.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Operações, Controle Econômico e Financeiro, Assuntos Institucionais, Geral, Secretária de Logística e Transportes e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações FD DIN 20762/20 (fl. 24), FD DIN 22149/20 (fls. 31 a 33), FD DOP 14184/20 (fl. 36), FD DOP 14249/20 (fl. 38), FD DOP 14392/20 (fl. 40), RT DIN 0090/20 (fls. 42 a 44), FD DIN 34459/20 (fl. 48), FD DCE 09596/20 (fls. 52 a 54), FD DCE 00081/21 (fls. 65 e 66), ARTESP-INF-2022/04684-A, ARTESP-DES-2022/20538-A, ARTESP-DES-2022/20566-A, ARTESP-DES-2022/20726-A, SLT-DES-2022/01392-A, ARTESP-DES-2022/21184-A, ARTESP-INF-2022/05128-A, ARTESP-CAP-2022/53535-A, ARTESP-DES-2022/23443-A, Parecer Referencial CJ/ARTESP nº 01/2021e Cota CJ/ARTESP nº 71/2022 - ARTESP-DCI-2022/16216-A.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

PROCESSO ARTESP-PRC-2022/02478.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da ARTESP, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, delibera nos seguintes termos:

ENCAMINHA ao Secretário de Governo, minuta de Decreto de Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, pela Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIA-OESTE S/A, as áreas necessárias às obras de implantação das marginais, do Km 23+000 ao Km 31+650, da Rodovia Presidente Castello Branco (SP 280), localizadas no Município e Comarca de Barueri, com área total de 17.861,68m² (dezesseze mil, oitocentos e sessenta e um metros quadrados e sessenta e oito décimos quadrados).

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais, e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações ARTESP-MEM-2022/08330, ARTESP-PAR-2022/00498, ARTESP-MEM-2022/09280, ARTESP-DES-2022/23002, ARTESP-DES-2022/23038-A, ARTESP-INF-2022/05770-A, ARTESP-CAP-2022/54147-A, ARTESP-MEM-2022/10477-A, ARTESP-DES-2022/23727-A, Cópias Parecer Referencial CJ/ARTESP nº 125/2018 e Cota de Renovação nº 152/2021 - ARTESP-CAP-2022/52243-A.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da ARTESP. Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos. PUBLIQUE-SE.

DIRETORIA GERAL

PORTARIA ARTESP Nº 72, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O DIRETOR GERAL da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições e,

Considerando a importância de se implementar a política de gestão documental nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, visando à elaboração e à aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos, em conformidade com as disposições da Constituição Federal art. 216, § 2º, dos Decretos nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, nº 29.838, de 18 de abril de 1989, nº 48.897, de 27 de agosto de 2004 e nº 64.355, de 31 de julho de 2019;

Considerando a importância da implementação da política de gestão documental como condição preponderante e necessária para assegurar o acesso à informação, em conformidade com as disposições do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação e define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e pelas entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos estaduais para a realização de atividades de interesse público;

RESOLVE:

II – Reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, diretamente vinculada à Diretoria Geral, designando os seguintes funcionários, sob coordenação do primeiro nomeado:

I – pela Diretoria Geral - Assessoria Técnica: Gustavo Scababóto Gattás;

II – pela Ouvidoria: Victor Catani Francisco Antunes, Suplente do Coordenador;

III – pela Diretoria Geral – Unidade de Gestão Administrativa/Protocolo: Adriana Lemos Novais de Carvalho;

IV – pela Diretoria Geral – Assessoria de Tecnologia da Informação: Flávio Eduardo Marques;

V – pela Diretoria de Operações - Michella Cristina Valério de Campos Lopes;

VI – pela Diretoria de Investimentos – Fabrício Mosqueira Gomes;

VII – pela Diretoria de Controle Econômico e Financeiro - Leonardo Henrique Stoerber;

VIII – pela Diretoria de Procedimentos e Logística – Guilherme de Souza Dias.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA tem as seguintes atribuições:

I - Quanto à política de gestão documental:

a) Atuar como interlocutora da Unidade do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Governo, por meio de seu Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - DGSAES, de modo a disseminar as normas e procedimentos técnicos em seu âmbito de atuação, solicitando orientação sempre que necessário;

b) Elaborar proposta de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades-fim da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em conformidade com as orientações do Departamento de Gestão do SAESP, caso ainda não tenha oficializado seus instrumentos de gestão documental;

c) Orientar a implementação da política de gestão documental e efetiva aplicação de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos, inclusive em relação aos documentos digitais;

d) Consultar, em caso de dúvida, a Procuradoria Geral do Estado acerca das ações judiciais encerradas ou em curso nas quais a Fazenda Estadual figure como autora ou ré, para que se possa dar cumprimento aos prazos prescricionais e precautionais de guarda previstos nas Tabelas de Temporalidade de Documentos;

e) Comunicar ao Arquivo Público do Estado a existência de outros documentos de arquivo não indicados no “Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio” para sua inclusão, bem como a necessidade de elaboração de normas e procedimentos que se fizerem necessários para o aperfeiçoamento da gestão documental na entidade;

f) Planejar a revisão periódica do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim;

g) Coordenar a eliminação de documentos em conformidade com as determinações do Decreto nº 48.897/2004 e da Instrução Normativa APE/SAESP nº 02, de 02/12/2010, fazendo publicar no Diário Oficial os devidos Editais de Ciência de Eliminação de Documentos;

h) Propor critérios para orientar a seleção de amostragens dos documentos destinados à eliminação, nos termos da legislação vigente, em especial a Instrução Normativa APE/SAESP nº 03, de 14/09/2015;

i) acompanhar a implantação, a execução e a manutenção do ambiente digital de gestão documental;

j) fazer a modelagem de documentos digitais, nos termos do Decreto nº 64.355, de 31 de julho de 2019;

II - Quanto à política de acesso:

a) Orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações da entidade, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;

b) Propor ao dirigente da entidade a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;

c) Manifestar-se sobre os prazos mínimos de restrição de acesso aos documentos, dados ou informações pessoais;

d) Atuar como instância consultiva do dirigente da entidade, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a documentos, dados e informações não atendidas ou indeferidas;

III - Informar ao dirigente da entidade a previsão de necessidades orçamentárias, bem como encaminhar relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos;

IV - Manter registros de seus trabalhos e, quando for o caso, das subcomissões, no Dossiê Relativo aos Trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, contemplado na atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, atualizada pelo Decreto nº 63.382/2018, sob o código de classificação 006.01.06.07;

§ 1º - Para o perfeito cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverá se reunir periodicamente e poderá convocar servidores que possam contribuir com seus conhecimentos e experiências, bem como constituir subcomissões e grupos de trabalho.

§ 2º - Havendo subcomissões, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverá propor a sua reestruturação sempre que necessário, bem como prestar orientação técnica, analisar e aprovar a Relação de Eliminação de Documentos, publicar o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos e designar um membro da subcomissão ou representante para acompanhar a fragmentação e lavar o Termo de Eliminação de Documentos.

Artigo 3º - Toda e qualquer eliminação de documentos públicos que não constem da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio ou da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP será realizada mediante autorização da Unidade do Arquivo Público do Estado.

Artigo 4º - O trabalho na Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA não implicará o recebimento de qualquer remuneração adicional e será prestado sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos ou funções de seus integrantes e será considerado como de serviço público relevante.

Artigo 5º - Sempre que houver alteração na composição da CADA, deverá ser providenciada sua reestruturação.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga a Portaria ARTESP nº 15, de 20/01/2022, publicada no DOE em 21/01/2022, que instituiu a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA na entidade.

(Processo ARTESP-PRC-2020/01458 - ARTESP-POR-2022/00072)

Milton Roberto Persoli
Diretor Geral

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.305, de 06 de julho de 2022

Dispõe sobre a autorização de comercializador de gás canalizado no estado de São Paulo à ECCO GAS DISTRIBUIDORA LTDA.

A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp, na forma da lei Complementar Estadual nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual nº 52.455, de 7 de dezembro de 2007:

Considerando o inciso VIII, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, e o artigo 11, da Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020;

Considerando que o Comercializador é a pessoa jurídica autorizada pela ARSESP a adquirir e vender gás canalizado a Usuários Livres ou Usuários Parcialmente Livres, por prazo indeterminado e em caráter precário, de acordo com a legislação vigente, mais notadamente a Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020;

Considerando que a empresa ECCO GAS DISTRIBUIDORA LTDA. manifestou concordância às condições previstas no Termo de Compromisso, nos termos da Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020; e

Considerando que a empresa ECCO GAS DISTRIBUIDORA LTDA. apresentou a documentação exigida no artigo 11, da Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020, DELIBERA:

Art. 1º. Emitir a autorização de comercializador de gás canalizado no estado de São Paulo para:

Nº do Registro	Razão Social	CNPJ	Processo Arsesp
25/2022	ECCO GAS DISTRIBUIDORA LTDA.	45.656.903/0001-63	0048/2022

Parágrafo único. A Autorização da ARSESP ao comercializador é por prazo indeterminado e em caráter precário, podendo ser revogada ou suspensa, temporária ou definitivamente, nos termos previstos no art. 12, da Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020, e no termo de compromisso.

Art. 2º. Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Comunicado

656º Reunião de Diretoria

Data: 06/07/2022

1. Processo: ARSESP.ADM-0135-2021 - Reclassificação Tarifária e Devolução de valores pagos em decorrência de cobrança a maior. Interessados: Café Cruzeiro do Sul LTDA. (representante: Sr. Felipe Augusto Rodrigues de Mello) e ESS – Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A.

O Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia, Marcos Roberto Lopomo, realizou apresentação sobre os fatos tratados no processo e que subsidiaram a Nota Técnica NTE-0049-2022.

Colocada a matéria em votação, a Diretoria da Arsesp, acompanhando o voto do Relator Marcos Roberto Lopomo, constanciando na recomendação da referida Nota Técnica, deliberou por unanimidade dos presentes, pela PROCEDÊNCIA do pleito do Requerente, de modo que a Concessionária efetue a devolução dos montantes faturados e recebidos a maior, nos exatos termos do §2º do art. 113 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/10, assim como, considerando o Despacho ANEEL nº 18, de 04 de janeiro de 2019 e o art. 205 do Código Civil, acrescentados a atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die, em valor igual ao dobro do que foi pago em excesso.

2. Processo: ARSESP.ADM-0074-2021 - Devolução de valores pagos em decorrência de duplicidade de pagamento. Interessados: TNL Indústria Mecânica Ltda. (representante: Sr. Eduardo de Souza Cunha) e CPFL Santa Cruz – Companhia Jaguaré de Energia.

O Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia, Marcos Roberto Lopomo, realizou apresentação sobre os fatos tratados no processo e que subsidiaram a Nota Técnica NTE-0050-2022.

Colocada a matéria em votação, a Diretoria da Arsesp, acompanhando o voto do Relator Marcos Roberto Lopomo, constanciando na recomendação da referida Nota Técnica, deliberou por unanimidade dos presentes pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do pleito do Requerente, por não ter sido emitida a planilha de cálculo de juros e correção monetária sobre o valor restituído pela Concessionária ao Requerente, devendo a Concessionária efetuar a devolução simples dos montantes faturados e recebidos a maior, nos termos do §2º do art. 113 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/10, acrescentados a atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Portaria Detran-SP Presidência - PRE 272/2022, de 04 de julho de 2022.

Altera a portaria de delegação de competência para análise e decisão da defesa prévia dos processos de suspensão do direito de dirigir e cassação da Carteira Nacional de Habilitação no âmbito da Superintendência Regional de Trânsito de Osasco.

A Diretora Vice-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, com base no artigo 11, inciso I, do Decreto nº 59.055, de 9 de abril de 2013, no uso das competências previstas no inciso II, do artigo 10, da Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013 e alínea "b", do inciso I, do artigo 10 do Decreto nº 59.055, de 9 de abril de 2013;

Considerando as competências previstas nos incisos I e VI, do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, assim como o disposto no artigo 12 da Resolução nº 723, de 06 de fevereiro de 201